

http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS PELO PROFESSOR NO ENSINO DA LITERATURA INFANTIL FRENTE ÀS NECESSIDADES DO SURDO NA EDUCAÇÃO

ANA LUIZA SILVA FERNANDA FERNANDES CARVALHO LUIZ EDUARDO CORDEIRO PENNA RENATA VALES BHERING

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se voltou às práticas pedagógicas da Literatura, através das ferramentas disponíveis para serem utilizadas com os alunos surdos do primeiro e do segundo ano das séries iniciais do ensino fundamental no âmbito escolar da rede pública da capital mineira. A necessidade de se abordar esse tema surgiu mediante ao problema: "Quais as dificuldades encontradas pelo professor em ensinar literatura para o aluno surdo?".

O livro "Literatura Infantil: gostosuras e bobices" da autora Abramovich (2010, p. 16), começa da seguinte forma: "Ah, como é bom para a formação de qualquer criança 'ouvir' muitas, muitas histórias". Percebe-se, assim, que quando uma criança ouve alguma história que foi contada diversas vezes, ela passa a interagir com o que ouve, passa então a experimentar os personagens, a descobrir novos sentimentos. Começa a ter novos comportamentos em relação ao que tem vivenciado, passando a ter novos pensamentos, e atitudes frente às dificuldades que tem vivido.

O livro segue trazendo práticas pedagógicas para orientar o professor sobre como contar as histórias infantis. Fala sobre a importância da entonação, o que tem grande valor na aprendizagem da Literatura Infantil. Para a maioria das crianças o primeiro contato com um texto literário é realizado de forma oral, através do contato com a voz dos familiares que utilizam livros de histórias, CD, DVD e outros materiais. Porém, para as crianças surdas esse contato nem sempre se dá nos primeiros anos de vida ou só vem a acontecer dentro do âmbito escolar. Sendo assim o docente entra com um papel importantíssimo que é adaptar essas histórias para que os alunos surdos também se beneficiem dessas qualidades que a literatura oferece.

Nesse sentido, surge a extrema necessidade de se ter o docente com domínio da Literatura Infantil Surda. Somente um profissional com uma ótima bagagem teórica poderá possibilitar uma aprendizagem literária igualitária e prazerosa. A LDB nº 9,394/96 (BRASIL, 1996) garante a organização do currículo, método e componente curricular para atender as necessidades do educando, mas, para cumprir com seu dever, o professor precisa conhecer o perfil do aluno surdo. Somente depois ele poderá moldar o currículo para ensinar Literatura Infantil aos surdos e ouvintes da mesma turma em escola pública heterogênea. A realização desta pesquisa se faz importante para que o docente possa ter um conhecimento prévio, da trajetória



http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

histórica da Literatura Infantil, sendo ela voltada para o público surdo e como realizar as práticas docentes da Literatura Infantil para alunos surdos, tendo em vista que merecem uma aprendizagem igualitária.

Segundo Karnopp (2006), nos últimos trinta anos foram realizadas investigações sobre a educação e diversas discussões que falam sobre cultura e identidade surda. No panorama brasileiro ele conclui que, para muitos, o tema cultura surda, língua de sinais, ensino e como trabalhar pedagogicamente as diferenças é irrelevante ou até mesmo incômodo, pois alguns discutem sobre a veracidade da existência da cultura surda. Ele também chama atenção para a já citada falta de recursos para exercer a didática, o que impossibilita que estas crianças surdas sejam produtores culturais ou apreciem a cultura surda. Esta falta de materiais dada pelo desconhecimento da cultura surda prejudica as possíveis possibilidades de um ensino igualitário e inclusivo.

Karnopp (2006) também relata que a Literatura Infantil tem atraído a atenção de pesquisadores por ser inserida dentro do espaço escolar para ser usada com material de instrução e lazer, mas chama a atenção para a quase inexistência dos textos literários infantis que discorram sobre o tema língua de sinais e cultura surda. O professor que é o mediador do conhecimento do aluno surdo, por falta de recursos materiais adaptados para os mesmos, por vezes deixa de ser transmissor do conteúdo e se torna a própria ferramenta de ensino ao utilizar seu corpo e seu saber. Deixa de ser o mediador e se torna a ferramenta.

Dessa forma, em virtude dos aspectos apresentados, este trabalho teve por objetivo geral investigar as práticas pedagógicas a serem realizadas pelo docente no ensino da literatura para alunos surdos em escola pública.

Como hipótese observa-se como é relevante que as práticas pedagógicas existentes sejam adaptadas e disponibilizadas para que o docente tenha recursos e bases ao atender seus alunos surdos. Quando estas são utilizadas com vigor trazem benefícios para o professor durante o compartilhamento da história e para os alunos. As formas que deverão ser utilizadas, como ressalta Mourão (2011), não incluem apenas o uso da voz, o mexer das mãos, mas principalmente a expressão facial, o que possui o mesmo efeito que a entonação no momento de contar histórias. Sendo assim, ambos os alunos ouvintes e surdos poderão ter acesso ao conteúdo literário.

Portanto, essa monografia reúne um grande esforço em conhecer as práticas pedagógicas utilizadas pelo professor a partir da adaptação da Literatura Infantil para o aluno surdo, buscando melhor aproveitamento do mesmo, contribuindo para a construção do conhecimento, respeitando os limites, as particularidades e a forma da adaptação.



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842 http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada na pesquisa será qualitativa, bibliográfica e de campo. Para Richardson et al. (1999), as pesquisas qualitativas são estudos que podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Através dessa pesquisa será possível conhecer e investigar as práticas pedagógicas do docente, ao ensinar literatura para alunos surdos.

A pesquisa bibliográfica será importante, pois ela proporciona a familiaridade com o problema proposto, será utilizada para descrever a trajetória histórica da Literatura Infantil voltada para o público surdo e para analisar a maneira pela qual o docente é preparado sobre a cultura surda e a realidade do aluno surdo. Segundo Gil (2009, p. 45), "estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições". A pesquisa bibliográfica refere-se às fontes bibliográficas como livros, sites, artigos, dentre outros que estão pesquisados sobre o tema proposto:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 2009, p. 48).

Já a pesquisa de campo, segundo Fonseca (2002, p. 37) "[...] caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa". Diante disso, foi realizada a coleta de dados em quatro escolas Públicas do Ensino Fundamental nos anos iniciais. Percebeu-se como a literatura infantil é utilizada no espaço escolar no primeiro e segundo ano do ensino fundamental, segundo Abramovich (2010) a literatura infantil é uma importante ferramenta para o desenvolvimento de várias capacidades.

Assim foram escolhidos os períodos onde os alunos ainda não estão completamente alfabetizados pelo Português escrito e dependem da mediação do professor para fazer o uso dos materiais literários, sendo possível compreender o envolvimento do professor na aplicação da literatura infantil.



http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

Foi aplicado o questionário num total de dois professores (um de cada escola), a fim de compreender as práticas docentes da Literatura Infantil como ferramenta de trabalho no âmbito escolar. De acordo com Gil (2009), a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário.

A aplicação do questionário foi realizada pelos membros do grupo presencialmente nas escolas selecionadas mediante a um agendamento. Em cada escola o grupo se reuniu com o professor explicando o objetivo da pesquisa e realizando a pré-leitura do questionário a fim de sanar possíveis dúvidas que o professor poderia ter. O grupo retornou à escola após sete dias corridos para receber o questionário. Durante e resolução do questionário o professor permaneceu sozinho, pois o grupo corrobora com a ideia de Diehl e Tatim (2004, p. 68) o questionário é composto por várias perguntas, que serão respondidas de forma escrita sem a presença do pesquisador. Segundo estes autores, essa técnica de coleta de dados apresenta uma série de vantagens, como por exemplo, a obtenção de respostas precisas sem o risco de distorções, flexibilidade no tempo para ser respondido e uniformidade na avaliação. Foram utilizados dois dias, (um dedicado a cada participante). Os recursos préselecionados foram o questionário, termo de consentimento livre e esclarecido que foi assinado pelos professores participantes, materiais de papelaria e os membros do grupo que participaram da coleta presencialmente. O questionário é composto por dez perguntas abertas, que foram respondidas à caneta pelos participantes. Os nomes dos dois participantes da pesquisa foram apresentados através de suas iniciais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Breve histórico sobre a surdez e a Língua Brasileira de Sinais

De acordo com Goldfeld (2002), a educação de surdos no Brasil iniciou-se em 1855 com o professor francês Hernest Huet, que veio a pedido de D. Pedro II, para iniciar um trabalho com crianças surdas, com os estudos custeados pelo governo. No ano de 1857 foi fundado O Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos. Atualmente, chamado de Instituto Nacional de Educação dos Surdos-INES onde a língua utilizada para a comunicação é a Libras – Língua Brasileira de Sinais.

A Libras tem sua estrutura gramatical organizada a partir de alguns parâmetros que estruturam sua formação nos diferentes níveis linguísticos. Três são seus parâmetros principais ou maiores: a Configuração da(s) mão(s) – (CM), o Movimento – (M) e o Ponto de Articulação – (PA); e outros três constituem seus parâmetros



http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

menores: Região de Contato, Orientação da(s) mão(s) e Disposição da(s) mão(s). (FERREIRA; BRITO, 1990).

Goldfeld (2002) afirma que ao longo da história surgiram algumas filosofias para embasar a educação dos surdos. Inicialmente era usado o método de Oralismo. Nesta filosofia são utilizados três elementos para o seu desenvolvimento, que são: o treinamento auditivo, a leitura labial e o desenvolvimento da fala, além do uso da prótese individual que amplifica os sons, com o objetivo de aproveitar os resíduos auditivos do aluno surdo, possibilitando, aos mesmos, a comunicação oral. (SILVA, 2003).

Constata-se o fracasso acadêmico sofrido pelo surdo, por meio de resultados de pesquisas, de acordo com Sacks (1990, p.45): "o Oralismo e a supressão do sinal resultaram numa deterioração dramática das conquistas educacionais das crianças surdas e no grau de instrução do surdo em geral". Na tentativa de impor o meio oral, proibindo a comunicação através de linguagem de sinais, o Oralismo diminuiu a sociabilidade do surdo, criando obstáculos para a sua inclusão. (DIAS, 2006).

Diante da busca de inverter o fracasso que essa filosofia trouxe para a educação, na década de sessenta alguns profissionais foram levados a criar uma nova filosofia educacional para surdos, denominada como Comunicação Total, que alia a língua oral a elementos da Língua de sinais, aproximando essas duas linguagens e criando línguas orais sinalizadas. Porém, muitos surdos não alcançavam sucesso nas terapias de fala, não conseguiram compreender informações simples e muito menos escrever. (GOLDFELD, 2002).

A Comunicação Total, segundo Costa (1994, p.103) utiliza os seguintes elementos, "Língua de Sinais, alfabeto digital, amplificação sonora, fonoarticulação, a leitura do movimento dos lábios, leitura/escrita, utilizando todos estes aspectos ao mesmo tempo", assim estimula o desenvolvimento da linguagem, baseado nos múltiplos aspectos das orientações manualistas e oralistas para o ensino da comunicação ao aluno surdo.

A filosofia da Comunicação Total apresenta uma proposta flexível no uso de meios de comunicação oral e da linguagem de sinais (SILVA, 2003). Essa filosofia tinha o objetivo de desenvolver na criança surda uma comunicação real com seus familiares e professores, construindo o seu mundo interno. A oralização não teria prioridade na Comunicação Total, mas seria uma das áreas trabalhadas para a integração social do indivíduo surdo. (LACERDA, 1998).

Posteriormente, surgiu uma nova filosofia educacional para os surdos: o bilinguismo. Nesta filosofia parte-se do pressuposto que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir as línguas maternas, (a oficial de seu país) e a língua de sinais, (a natural



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842

http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

dos surdos). Esta aquisição ocorre por meio do convívio com a família, com outros ouvintes e com outros surdos. "Os autores ligados ao Bilinguismo percebem o surdo de uma forma diferente de outros autores oralistas e de Comunicação Total." (GOLDFELD, 2002). Para os bilinguistas, o surdo não precisaria desejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir a sua surdez. (GOLDFELD, 2002).

Nessa direção, Oliveira (2014, p. 39) afirma que

O bilinguismo foi, então, dentro das propostas de inclusão e ao que se refere à regulamentação da Língua Brasileira de Sinais, a alternativa metodológica dos mecanismos oficiais brasileiros como forma de respeitar um direito do surdo de utilizar a língua materna, a qual se configura como identidade e expressão cultural dos surdos.

O bilinguismo, segundo Fernandes e Moreira (2014, p.1), pode ser interpretado

[...] a partir de grupos que utilizam uma língua diferente da majoritária, delimitados étnica ou geograficamente. Em nosso caso ter-se-ia como parâmetro a língua portuguesa. Jamais ocorre às pessoas a percepção dos surdos como minoria linguística, uma vez que não há um território geográfico em que os surdos e sua língua de sinais estejam delimitados. É a falta de audição e não a diferença linguística o critério para o reconhecimento social das pessoas surdas.

Quadros (1997) aborda que as instituições do ensino no Brasil enxergam o bilinquismo como necessidade dos alunos surdos de internalizar duas línguas distintas: a LIBRAS, de maneira plena, e a Língua Portuguesa na forma escrita (leitura e escrita). O paradigma do bilinguismo instituído nas escolas deve ser seguido da proposta de formação e de capacitação de professores, bem como flexibilidade curricular e forma de ajudá-los em suas dificuldades de aprendizagem.

A educação bilíngue é uma filosofia de ensino que recomenda o acesso a duas línguas no contexto escolar, sendo a Língua de Sinais considerada como língua natural e por meio dela será realizado o ensino da língua portuguesa escrita. Essa filosofia resgata o direito da pessoa surda ser ensinada na Língua de Sinais, respeitando seus aspectos sociais e culturais. (BRASIL, 2004).

A Língua de Sinais é a forma viso-espacial de apreensão e de construção de conceitos, e tem

> [...] um dos aspectos mais importantes, responsáveis pela formação da comunidade surda, e o que gera uma cultura diferente: a cultura surda. O reconhecimento da diferença passa pela capacidade de apreensão das potencialidades dos surdos, no que diz respeito ao seu desempenho na aquisição de uma língua cujo canal de comunicação é o viso-gestual e



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842

http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

também à sua habilidade linguística que se manifesta na criação, uso e desenvolvimento dessa língua. (DORZIAT, 2004, p.79).

A filosofia bilíngue, segundo análises de Dias (2006, p. 42),

Não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação linguística em que se encontrar.

Pois ela considera as características e opiniões dos próprios surdos, de acordo com o seu processo educacional.

Entretanto, Guarinello, Massi e Berberian (2007, p.48) afirmam que, "a proposta bilíngue, ainda é bastante recente, ou seja, já existem alguns projetos em fase de implantação, porém seus resultados ainda não são conhecidos". A este respeito Quadros (1997, p.40) confirma em seus estudos que algumas conquistas já foram realizadas para que essa proposta seja colocada em prática, tais como:

[...] o reconhecimento da pessoa surda enquanto cidadã integrante da comunidade surda com o direito de ter assegurada a aquisição da língua de sinais como primeira língua; o uso de sinais na escola para garantir o desenvolvimento cognitivo e o ensino de conhecimentos gerais; o ensino da língua oral-auditiva com estratégias de ensino de segunda língua e a inclusão de pessoas surdas nos quadros funcionais das escolas.

De acordo com Fernandes e Moreira (2014, p.1), o bilinguismo para surdos e seus desdobramentos político-pedagógicos

[...] é um fato novo no cenário educacional para os profissionais da educação. O tema passa a ser incorporado na agenda das políticas públicas brasileiras apenas na última década, decorrente da pressão dos movimentos sociais, das contribuições de pesquisas nas áreas da Lingüística e Educação e da incorporação desses novos conhecimentos e tendências às agendas governamentais.

Segundo Peixoto (2006), o reconhecimento da condição bilíngue do surdo é apenas o começo de um longo caminho de descobertas e de desafios, portanto é um acolhimento substancial da língua de sinais, como primeira língua do surdo e língua escolar, devolvendo ao surdo a esperança, invitando a pensar sobre os processos e as práticas construídos a uma nova condição.

Para Neves (2015), a concepção clínico-terapêutica define a surdez como deficiência auditiva e garante que o surdo é parcialmente ou totalmente incapaz de ouvir. Através desta o surdo é definido como surdo-mudo, o que gera ainda mais confusão sobre a surdez. O surdo não é mudo, pois ele possui uma língua visual



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842 http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

espacial que o permite comunicar e expressar. Outro fator abordado pela autora é que na surdez não existem características fisiológicas que impeça a expressão oral, e que não deve ser classificada com uma patologia, pois uma patologia precisa ser tratada.

Este trabalho de pesquisa não se baseia na concepção clínico-terapêutica, pois não se pretende que o surdo seja oralizado como apresentado por Dias (2006). Neves (2015, p.14), também discorda desta prática, a autora faz uma crítica ao seguinte pensamento, "Assim pensar em Literatura Surda, uma literatura de surdos e para surdos, seria praticamente um devaneio, um absurdo".

Assim como Neves (2015), este trabalho é a favor da concepção sócio antropológica:

Em outras palavras, esta concepção ressalta as potencialidades, não as limitações. Nessa vertente paradigmática, o surdo é visto como sujeito, que constrói com seus pares sua identidade própria, uma cultura própria capaz de produzir, usufruir e se identificar dentro de uma Literatura própria. (NEVES, 2015, p.15).

3.2 Literatura adaptada para surdos

A literatura surda é um produto existente dentro da cultura surda. Para que se possa fazer desdobramentos sobre esta literatura, primeiro será abordada a cultura dos que usam a língua na modalidade visual-espacial.

A cultura surda é uma minoria dentre as diversas culturas existentes no mundo. Esta se difere das demais por não utilizar elementos sonoros para se comunicar. Essa cultura por muito tempo foi dita como inexistente, o que negava todo o potencial de criação das pessoas surdas. Estas criações realizadas pelos surdos foram marginalizadas, tidas como cultura dos diferentes e usada apenas por pessoas surdas. (NEVES, 2015).

O reconhecimento da existência de uma cultura que era utilizada apenas por pessoas surdas se deu pela criação da língua de sinais. As autoras Neves (2015) e Agrella (2012) acreditam que esse foi o marco para a independência dos surdos, o que reforçou a possibilidade da existência da cultura dos surdos.

A história da literatura no Brasil tem mais de uma versão, pois ela não foi fabricada sempre pelos ouvintes e para os ouvintes. Os surdos também já criavam suas histórias que passavam de geração para geração. A literatura para ouvintes do mundo inteiro provém de Esopo, já a literatura surda surgiu em algum período na história da cultura surda. Como essa minoria vivia a margem da sociedade, suas



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842 http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

obras não tiveram destaque. Até os dias de hoje os surdos buscam o reconhecimento das criações, elaboradas por pessoas surdas, para sujeitos surdos. Por muito tempo os surdos foram oprimidos pelos ouvintes, socialmente e culturalmente. Esta afirmação mostra o poder da linguagem. Quando se vê a posição do surdo em relação ao ouvinte, é possível perceber o destaque dado a apenas uma das produções culturais. É explícita a massificação presente na história da sociedade brasileira, onde todos precisam seguir um padrão, e os que não o fazem são excluídos. Sendo assim, para esta sociedade, a cultura do sujeito surdo é inferior. São as leis de inclusão que reforçam o combate a esta realidade de exclusão. Para Neves.

Infelizmente, sabe-se que a instituição de uma lei e de um decreto não significam sua plena aplicabilidade. Faz-se necessária uma movimentação política e social, neste caso, promovida pelas associações e movimentos políticos da comunidade surda. (NEVES, 2015, p.20).

A literatura surda é utilizada dentro da comunidade surda como um elemento de fortalecimento da cultura e resgate da identidade do sujeito surdo. Diante destes esclarecimentos, sabe-se que há a necessidade da adaptação do ambiente escolar para esses alunos.

A literatura surda, que antes era direcionada especificamente aos alunos com deficiência auditiva, vem sendo utilizada também por ouvintes, o que reforça o desenvolvimento da cultura surda. Os alunos surdos por muito tempo estiveram excluídos do contato com o mundo literário infantil devido à falta de oralidade. A medida que ouvintes curiosos começaram a se aproximar das produções culturais realizadas por surdos, estes se tornaram usuários, trazendo a valorização da Cultura Surda, reconhecendo sua existência e a da Literatura Surda.

A autora Abramovich (2010, p.120) parte do pressuposto que através das histórias que são baseadas nas ações presentes no dia a dia, a criança que a lê saberá lidar com a realidade. Enquanto junta das histórias ela terá ajuda para solucionar conflitos, quando estiver independente deste meio, ela também será capaz de utilizar os aprendizados em sua vivência.

Outro autor que afirma que as histórias literárias são uma oportunidade para que as crianças saibam lidar com sua vivência através da assimilação do irreal com o real é Bruno Bettelheim (2007, p. 16), este acrescenta que a literatura capacita também a compressão do que estava guardado no inconsciente. A assimilação ocorre entre a situação presente e passada, e a leitura do livro presente ou passado. A criança não precisa estar lendo o livro no momento em que está passando por algum conflito. Ela pode acessar estas memórias já armazenadas em seu subconsciente e assim



http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

solucionar seus questionamentos. Por essas e outras qualidades é que a literatura infantil se faz tão importante na infância.

Uma criança surda pode passar por problemas psicológicos, assim como crianças ouvintes. Ter um livro que a antecipe de possíveis situações (preparando-lhe), e que possa a amparar em momentos de confusão, medo, angústia e conflitos internos, são extremamente importantes. Se esta criança já leu um livro adaptado onde a personagem passou por problemas parecidos com os que ela está enfrentando e conseguiu solucionar, logo, ela poderá se espelhar nas histórias para resolver os seus problemas. Mas se não teve contato com as histórias, ou em sua vivência ou nunca viu algo do tipo, esse problema se tornará muito mais difícil de ser sanado. (BETTELHEIM, 2007).

3.3 Dificuldades encontradas na teoria ao lecionar literatura para o surdo

Um dos grandes desafios para o professor que não possui o domínio da LIBRAS, é ter em sua sala de aula uma criança surda, pois existe uma grande dificuldade para se comunicarem. A forma mais comum de ensino é a transmissão de conhecimentos na forma oral, e por seguinte a interação dos alunos durante a aula. O professor lê, explica e exemplifica oralmente os diversos conteúdos, e os alunos ouvintes realizam questionamentos através de perguntas orais.

Já o aluno surdo necessita de um mediador para compreender todo conteúdo que for passado de forma oral, e para realizar questionamentos. (CORRADI, 2012).

Entretanto Festas e Gonçalves (2013), relatam que no ambiente escolar existe um preconceito com a Língua Brasileira de Sinais, o que dificulta a comunicação entre aluno surdo e professor. Esta resistência existente para se aprender a língua compromete a aprendizagem do aluno surdo, e desfavorece a ampliação dos profissionais capacitados para lecionarem para turmas mistas

Ao iniciar os estudos em uma escola regular, o aluno possui o direito de aprender os conteúdos usando a Libras e a Língua Portuguesa seria a segunda língua a ser utilizada. Fica a critério do educando e seus familiares o aprendizado através da língua portuguesa, porem há indícios de que este processo possa vir a ser excludente. O aprendizado da criança surda utilizando a língua portuguesa não é viável, tendo em vista que esta utiliza a fala, que é um som, e o principal canal para receber a mensagem é a audição. Assim o aluno ficaria incapacitado de receber um ensino de qualidade porque seu órgão receptor do som não está disponível para que haja este modelo de comunicação. (FESTAS; GONÇALVES, 2013, p.5).

Uma alternativa apresentada por Festas e Gonçalves (2013) para a escola ser inclusiva é a implementação do intérprete em sala de aula. Caso o professor não



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842

http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

seja proficiente na língua de sinais, o intérprete age como um mediador do diálogo entre o professor ouvinte e o aluno surdo:

Nesse contexto, a Lei nº 12.319 de 01/09/2010 foi de grande importância, pois regulamentou a profissão do intérprete. No Brasil, além de ter domínio sobre a Libras, ele precisa ter domínio do idioma falado no país, conhecer processos, estratégias, técnicas de interpretação e tradução e possuir formação específica na área de atuação. O intérprete, dentro da sala de aula atua como canal comunicativo entre o aluno surdo e o professor ouvinte. Além disso, esse profissional realiza as traduções entre os que compartilham línguas e culturas diferentes. Em sala de aula, o intérprete precisa ter a consciência de que ele não assume o papel do professor regente e em situações relacionadas com o ensino-aprendizagem do aluno Surdo, precisa remeter-se ao professor, cumprindo com excelência a mediação comunicativa em sala de aula. (FESTAS; GONÇALVES, 2013, p.4).

Os autores pontuam que diante da pesquisa realizada haviam falhas na metodologia de ensino dos professores,

Não utilizam uma metodologia específica aplicada aos alunos Surdos. As aulas são ministradas, em sua grande parte, através de diálogos orais e atividades escritas sobre temas abordados durante as classes que, em muitas vezes, no planejamento não engloba a forma de aprendizagem ou o desempenho necessário ao aluno Surdo. Fica evidente uma exclusão para o aluno Surdo, de fato esta metodologia não realiza uma inclusão linguística necessária. E, como consequência, resulta em grande dificuldade de comunicação por falta de uma Língua que os una. (FESTAS; GONÇALVES, 2013, p.5).

O principal problema presente na metodologia é que os professores aplicam a mesma atividade para ambos alunos ouvintes e surdos, esquecendo que o desempenho da criança surda nem sempre será tão satisfatório, pois ela não aprendeu a língua utilizada por sua turma naturalmente como as outras crianças. Este aluno surdo precisou fazer um esforço extra para se comunicar, conhecer o espaço e a cultura dos ouvintes.

3.4 As práticas pedagógicas voltadas à Literatura Infantil para alunos surdos

Basso e Capelline (2012) relatam que os professores dos anos iniciais do ensino fundamental, devem proporcionar momentos que estimulem os alunos a gostarem de ler, e interagir com os livros. Para que isto ocorra, eles devem criar em sala o cantinho da leitura, que deve dispor de obras literárias variadas e que sejam para a faixa etária dessas crianças, e se possível outros materiais que podem auxiliar na leitura. Este cantinho da leitura deve ser um espaço aconchegante e atraente na sala de aula, pois tem como função estimular na criança o gosto pela leitura. É



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842 http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

interessante que fique num canto da sala onde se possa sentar no chão. Os livros devem variar como contos de fadas, suspense, ação, poesias, gibis, revistas, jornais e outros. (BASSO; CAPELINE, 2012, p. 498).

São inúmeros os recursos didáticos que podem ser utilizados na educação de surdos, mas grande parte não é de fácil acesso. É necessário que o professor utilize de sua criatividade no dia a dia. Diante de determinadas situações o professor necessita de apoio material para que consiga compartilhar de forma eficaz seu saber com a criança e que está também possa acessar o conhecimento de forma plena. Algumas obras literárias citadas pelas autoras Basso e Capelline (2012) demonstram um avanço para área da educação. Estas produções literárias disponíveis a todos os ouvintes, também estão disponíveis para sujeitos surdos através da realização da tradução para Libras:

Livros traduzidos para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) não são novidade editorial, apesar de não serem amplamente divulgados. As editoras Arara Azul e Ciranda Cultural já possuem, entre suas publicações, livros voltados à criança surda. A editora Arara Azul optou por traduzir os clássicos mundiais, como Peter Pan, Dom Quixote. Aladim e, mais recentemente, clássicos brasileiros, Iracema de José de Alencar, A cartomante e O Alienista, entre outras obras de Machado de Assis. Já a editora Ciranda Cultural criou suas próprias histórias, publicadas em uma série de dez livros denominada Ciranda da Diversidade. Essas obras estão disponíveis tanto na versão impressa quanto em CD, abrangendo tradução em LIBRAS e narração da história. (BASSO; CAPELLINI, 2012, p. 503).

Pensando nas possibilidades de utilização de livros literários para atender às propostas curriculares da Base Nacional Comum Curricular que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, o professor pode selecionar diversos títulos de livros que possam ser passíveis da compreensão da criança surda, associando aos modelos já citados no livro de Abramovich (2010).

Diante da proposta da BNCC o professor deve atingir os objetivos propostos, e a literatura sendo adaptada para o surdo será uma valiosa ferramenta de ensino. Não só como um suporte, mas como uma ferramenta que possibilite o aluno compreender os diversos conteúdos através de uma aprendizagem prazerosa. Brasil (2017).

Abramovich (2010) enfatiza a importância de se propor livros de fantasia que tragam histórias passíveis de compreensão através da leitura das imagens, livros que abordem a poesia e palavras distintas, se possível palavras novas que as crianças ainda não tenham tido contato.



http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

Vale salientar que a partir de uma história literária podem ser trabalhados os conteúdos de todas as disciplinas, também noções da vida na sociedade, higiene, gênero, raça, comportamento, sexualidade e outros infinitos temas necessários para a rotina diária em espaço escolar. Foi relatado na BNCC que a prática da linguagem em todas as suas formas é essencial para que este sujeito tenha acesso ao aprendizado. O professor é quem deve disponibilizar momentos em sala de aula para que os modelos sejam utilizados, pode utilizar a linguagem multimodal ao contar uma história em sua classe heterogênea. Utilizando sua voz em diferentes ritmos, compartilhará o conteúdo com os alunos ouvintes, demonstrando através dos gestos e das gravuras o mesmo conteúdo passado para os alunos surdos. (BRASIL, 2017, p.59).

Os títulos literários selecionados pelo professor podem ser embasados nos livros que contam histórias apenas com imagens, citados por Abramovich (2010). Estes livros utilizam principalmente a visão para passar o conteúdo. O educador também poderá associar os livros às competências específicas dos componentes presentes na BNCC para o primeiro e segundo ano (Português, Matemática, Ciências, História, Educação Física, Geografia, Artes), e também com os objetos do conhecimento.

Percebe-se, então, que o professor e a escola precisam estar capacitados, utilizando práticas inclusivas inovadoras. Sendo assim, é necessário que a escola seja aberta à pluralidade e à diversidade, sendo mais acessível, eficaz, e agradável, para docentes e discentes. Acolhendo quaisquer tipos de religião, sexo, etnia, características físicas, e outros atributos que fujam aos padrões sociais. A escola deve ser responsável por reverter o processo de marginalização das minorias e garantir que todos os alunos possam aprender, utilizando de práticas pedagógicas inclusivas e adaptação curricular. (BRASIL, 2015).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para Gil (2009) a análise de dados é um processo que envolve diversos procedimentos. Entre os citados por ele, este trabalho fez o uso da codificação das respostas e da interpretação dos dados. Este segundo tem por finalidade estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos e neste caso utilizamos os resultados derivados de teorias.

Neste capítulo foram apresentados os resultados obtidos após a aplicação dos dois questionários, compostos por dez perguntas (para cada pergunta foi construído um subcapítulo), em duas escolas públicas com turmas heterogêneas (uma escola fica localizada em Belo Horizonte e a outra em Contagem), tendo como participantes uma professora de cada escola. Estas serão representadas por suas iniciais



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842 http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

A.T.C.S. e M.L.S.S. A professora A.T.C.S. é professora regente, já a professora M.L.S.S. atua como alfabetizadora em Libras. A análise em cada subcapítulo será organizada por meio da pergunta apresentada, as duas respostas obtidas e o parecer sobre estas em diálogo com o tema da pesquisa, introdução e referencial teórico. O capítulo foi dividido em dez subcapítulos, cada um referente a uma respectiva pergunta.

4.1 Formação e tempo de atuação como professor na rede pública com alunos surdos

A professora A.T.C.S. respondeu que que sua formação é composta pelo Magistério, graduação em Ciências Sociais e Pós-Graduação em alfabetização e Letramento, quanto à segunda parte de pergunta, a professora A.T.C.S. não respondeu. Já a Professora M.L.S.S. respondeu na primeira parte da pergunta que é formada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia. E na segunda parte da pergunta relatou que sua formação tem mais de vinte anos de exercício.

Como já citado, Corradi (2012) traz uma idealização em que todas as escolas passem por uma reorganização. Esta permitiria que professor, no ápice de sua formação e dominando a Língua Brasileira de Sinais, consiga interagir com seus alunos surdos de forma igualitária, e com naturalidade, mesmo estando em classe heterogênea.

Assim é importante ressaltar que a formação continuada permite ao professor descobrir novas técnicas para trabalhar, pois através de cursos, especializações, congressos e palestras é que o profissional se torna motivado e toma conhecimento de práticas inovadoras, que poderão ser utilizadas em sala de aula. Somente através de vastos estudos é que o professor conseguirá exercer sua profissão com êxito. É possível perceber que ambas as docentes são graduadas, e avançaram mais um nível de ensino, a pós-graduação.

4.2 Domínio da Língua Brasileira de Sinais, e formação em Libras

A professora A.T.S.C. relatou que nunca realizou um curso de Libras, mas não deixou claro se sabe se se comunicar por meio da Libras. Já a professora M.L.S.S. respondeu que já realizou vários cursos de LIBRAS com duração de 2 anos e meio cada, chegando no nível de intérprete.

Guarinello, Massi e Berberian (2007), relatam a importância do bilinguismo, mas para que este aluno se torne bilingue é necessário que o professor saiba se comunicar através da LIBRAS, e como já citado Corradi (2012), o ideal é que o próprio professor seja capaz de dialogar com os alunos surdos.



http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

Percebemos que na classe da professora M.L.S.S. a proposta de bilinguismo, defendida por este trabalho, pôde ser alcançada com êxito, pois além de psicopedagoga, ela também é intérprete da Língua Brasileira de Sinais. Já na classe da professora A.T.S.C., não foi possível afirmar, pois ela não relatou se já realizou algum curso, ou como aprendeu a se comunicar por meio da Libras.

4.3 Estratégias utilizadas para mediar a interação entre alunos surdos e ouvintes em sala de aula

A professora A.T.S.C. respondeu que utiliza a oralidade em suas aulas, e como exemplos citou, filmes e jogos orais. Já a professora M.L.S.S. afirma que faz uso da fala gestual e a datilologia, caso necessite de palavras para enriquecimento de vocabulário e entendimento do que é proposto.

Esta prática relatada pela professora A.T.S.C. é chamada de oralização e é muito utilizada por autores oralistas e de comunicação total (alguns dos autores citados nesta pesquisa que recriminam esta prática são, Goldfeld (2002), Silva (2003), Sacks (1990), e Dias (2006).

Este trabalho é a favor da prática do bilinguismo, pois esta permite ao aluno surdo utilizar sua L1 Libras e a L2 Português, e valoriza o sujeito surdo, respeitando suas particularidades.

Assim acreditamos que a professora A.T.S.C. utiliza os elementos sonoros com os alunos ouvintes. Ela ainda relata que como ferramentas faz o uso de imagens, cartazes e gestos, de maneira que os mesmos possam priorizar no auxílio da compreensão do aluno surdo. A professora conclui sua resposta garantindo que estes métodos são os melhores para o ensino do conteúdo e que todos conseguem entender.

Por fala gestual, pudemos compreender que a professora M.L.S.S. utiliza a LIBRAS em sua rotina, e a datilologia que segundo Ramos (2008), é a escrita de palavras por meio do alfabeto manual e que dentre suas várias funções, serve para a escrita de palavras estrangeiras, nomes próprios, nomes de lugares ou novas palavras.

4.4 Comunicação do professor com o aluno surdo, e estratégias utilizadas

A professora A.T.C.S. relatou que a comunicação acontece principalmente através de gestos e imagens de desenhos, o que corrobora com a concepção expressada por Festa e Gonçalves (2013) e Abramovich (2010), pois enfatizam que utilizar imagens em sala de aula auxilia na compreensão.



http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

A professora também complementa que realiza atividades em cartazes, jogos orais, mas sempre utilizando gestos no processo de comunicação. Ela afirma estar sempre atenta para as expressões faciais do aluno, pois é como ele demonstra seus sentimentos.

Retomando a dificuldade exposta na Declaração de Salamanca (1994), que os professores não sabem como interagir com os alunos que necessitam de alguma atenção extra, a solução proposta pela declaração é que os alunos tenham contato com professores que possam se identificar. A professora A.T.C.S. aparentemente desenvolveu métodos para interação com seu aluno, pois quando ela indica que compreende os sentimentos dele através das expressões, podemos perceber que existe uma proximidade grande entre os dois e possivelmente ele se identificou com ela. Já a professora M.L.S.S. relatou que sua comunicação é mais gestual e faz uso da datilologia, uso da comunicação alternativa, rotina do que é proposto no dia, aulas com seus significados e significantes para a ressignificação do entendimento. Uso de pranchas temáticas e objetos para conhecerem e manusear, dando sentido do objeto visual também são estratégias utilizadas.

Segundo Gomide (2017), pranchas de comunicação, chamadas pela professora M.L.S.S de pranchas temáticas, são mecanismos utilizados para auxiliar a comunicação de uma pessoa que possui restrições. Estas pranchas são na maioria das vezes confeccionadas através de técnicas artesanais com figuras e colagens em cartazes. Estas pranchas são compostas por um quadro com vários símbolos (números, letras, figuras, palavras e outros), que são agrupados em uma mesma prancha a partir de uma lógica, que envolvam um grupo gramatical ou um campo semântico. A partir do uso desta é possível atribuir um significado ao se mostrar uma das figuras (significante), ou até mesmo atribuir um novo nome ou conceito a um objeto através da sua ressignificação.

4.5 Estratégias utilizadas pelo professor para que a família do aluno surdo participe do aprendizado em literatura

A professora A.T.S.C. respondeu que as atividades que são direcionadas para família possuem instrução de como auxiliar o aluno, mostrando as figuras do livro de literatura, pedindo a ele que ilustre do seu jeito a história.

Como citado no referencial teórico desta pesquisa, onde é relatado que a família deve ser inserida neste universo surdo, para reforçar o ensino da Libras e que possam apoiar essa aprendizagem em casa. De acordo com Goldfeld, (2002, p.45):

A educação oral começa no lar e, portanto, requer a participação ativa da família, especialmente da mãe; A educação oral requer participação de profissionais especializados como fonoaudiólogo e pedagogo



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842 http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

especializado para atender sistematicamente o aluno e sua família; A educação oral requer equipamentos especializados como o aparelho de amplificação sonora individual.

Já há professora M.L.S.S. respondeu que são poucas as famílias que interagem com seus filhos. A professora alegou que alguns alunos comentaram que as famílias perceberam a necessidade da comunicação com eles e fizeram o curso básico de LIBRAS para ajudá-los a se comunicarem melhor entendendo o que eles desejam.

Fernandes (2014) consideram que a participação da família é muito importante para a aquisição da identidade do surdo. O mesmo ocorre em relação à aprendizagem da Libras, quando torna-se essencial que as famílias aceitem essa nova forma de dialogar e aprendam, coletivamente, a fazê-lo.

4.6 Diferenças nos recursos que o professor utiliza para ensinar alunos surdos e alunos ouvintes

De acordo com a professora A.T.S.C., os recursos são os mesmos, porém a explicação para realizar as atividades é de forma diferenciada. O aluno possui atenção individualizada, respeitando seus limites para uma melhor aprendizagem.

A professora M.L.S.S. respondeu que existem diferenças entre alunos surdos e alunos ouvintes. Para os alunos ouvintes as atividades propostas são de forma oral para os conteúdos e existem outras atividades propostas como maquetes, livros, exposições de trabalhos. Já para o aluno surdo é mais difícil para o professor ensinar os mesmos conteúdos, necessitando de uma boa explicação no caso da língua portuguesa com o uso da comunicação alternativa para entenderem e complementarem como produção de texto através de vários recontos no uso do dia a dia e para melhor fixação.

Assim como citado pelas professoras é muito importante que o professor seja mediador do conhecimento do aluno surdo. Por falta de recursos e materiais diferenciados, o mesmo deixa de ser apenas um transmissor do conteúdo, se tornando uma ferramenta ao utilizar as suas expressões e movimentos, com muita criatividade para que os alunos possam aprender.

4.7 Recursos disponibilizados pela rede pública de ensino regular para auxílio aos alunos surdos

De acordo com a professora A.T.S.C., os alunos possuem aulas no contra turno em uma sala adaptada e especializada para eles, onde realizam atividades para melhorar seu aprendizado escolar.



http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

Já a professora M.L.S.S. explica que as escolas regulares oferecem somente o professor de apoio e é ele que cria ou adapta a aula. Na escola especial (local onde a professora já trabalhou em um momento anterior) o professor elabora pranchas para o trabalho e conta com o apoio de um fonoaudiólogo se tiver, mas também não conta com a disponibilização de material correto para alfabetização dos alunos surdos.

Percebe-se então, como é presente o trabalho do intérprete na rede pública e como essa prática é essencial, caso o professor não domine bem a língua de sinais. Com o mediador, o professor consegue manter um canal comunicativo com o aluno surdo. Entretanto deve-se tomar cuidado para que o professor não transfira sua responsabilidade para o intérprete, pois o professor deve deter a responsabilidade de ensinar o conteúdo e apoiar seu aluno surdo em suas dificuldades, sendo papel do intérprete servir como um canal de comunicação.

4.8 Profissional de apoio para auxílio do aluno surdo em sala de aula, e como acontece esse processo

Ao serem questionadas quanto ao assunto do apoio em sala, a professora M.L.S.S. respondeu que as escolas regulares oferecem professor de apoio do primeiro ao nono ano e professor intérprete do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. Assim como a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, estabelece:

- § 10 Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem: III prover as escolas com:
- a) professor de Libras ou instrutor de Libras; b) tradutor e intérprete de Libras Língua Portuguesa; c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos.

Já a professora A.T.C.S. diz que possui um estagiário, porém muitas vezes não conhece a linguagem de sinais, auxiliando na sua adaptação ao ambiente escolar e na realização das atividades e socialização.

No caso da professora M.L.S.S. podemos perceber que a proposta da rede pública atende à demanda que ela tem em sua sala de aula, pois ela não apresenta queixas. Já a professora A.T.C.S. relata a dificuldade existente quando o profissional de apoio não domina a Libras. Um estagiário que não possui curso de Libras ou de intérprete e é colocado para atuar no auxílio do aluno surdo, é inútil para a função, sabendo que a principal dificuldade que o aluno surdo tem em sala de aula é a comunicação e socialização por meio da língua. A medida ideal a ser tomada seria a



http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes

contratação de um profissional com formação suficiente para realizar a mediação entre o aluno surdo e outros alunos e o professor, caso este não saiba LIBRAS.

4.9 A concepção das professoras sobre a inclusão do aluno surdo em classe regular de ensino público

De acordo com a professora M.L.S.S. em relação ao ensino público, deveriam oferecer mais cursos para os intérpretes, o que os manteriam atualizados e integrados com a Língua de Sinais, pois esta para os surdos mais jovens pode sofrer mudanças diante da convivência dos surdos com os colegas ouvintes. Além de inclui-los é necessário que haja uma valorização e direitos iguais para todos. Já na interação entre os professores regentes e os intérpretes/apoio na sala de recursos, ela afirma haver inclusão.

Para a professora A.T.C.S. as escolas públicas ainda não estão preparadas para receber os alunos com necessidades especiais e relata não possuírem profissionais capacitados para atender cada aluno em sua individualidade e necessidade. E que em muitas escolas não se têm recursos materiais e espaços físicos que garantem um uma boa mobilidade.

Na Lei Brasileira de Inclusão, que entrou em vigor em 2016, no artigo 28 inciso XI e XII deixa bem claro que é direito do estudante com surdez a disponibilidade de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras e ter a oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia para promover a sua autonomia e participação.

4.10 Elementos da literatura surda utilizados em sala de aula, e o trabalho com a Literatura Infantil

A professora M.L.S.S. respondeu que utiliza de vários elementos como: pranchas temáticas, jogos de parlendas para produção de textos e contagem de números, rotina programada, quantos somos, alfabeto e as várias formas de letras, pareamento, historias mudas para reconto e futura interpretação de texto. E relata que usa de tudo que a leitura da vida possa oferecer visualmente como livros de gravuras, jogos de quebra-cabeça das histórias contadas para visualização e entendimento. Já a professora A. T. C. S. diz não utilizar, porém os portadores de textos (livros de literatura infantil) que ela utiliza com os alunos surdos, possuem desenhos coloridos, imagens do universo da criança e através da visualização ele identifica a história contada ou lida.

Percebe-se então a diferença de como as duas professoras trabalham com seus alunos, a professora M.L.S.S. utiliza de todos os recursos ao seu alcance para poder tornar a leitura para os seus alunos surdos mais prazerosa, de melhor entendimento



http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

e aprendizagem e a professora A.T.C.S. utiliza somente imagens para o aluno identificar e entender a literatura trabalhada.

Assim como já citado por Abramovich (1995), que através da utilização de um livro literário a criança pode descobrir outros lugares, tempos, costumes, comportamentos, e ainda adquirir conhecimentos que incrementem a aprendizagem dos conteúdos previstos em currículo, de forma lúdica. O professor que desenvolver o hábito de leitura em seus alunos estará os motivando a conhecer novas palavras, desenvolver o senso crítico, e a utilizar sua imaginação, explorando sua criatividade. São vastas as opções existentes para se trabalhar Literatura Infantil na disciplina de literatura, ou como apoio para questões sociais, familiares ou conteudistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou como resultados as práticas reais que ocorrem em sala de aula mista na rede pública, contando com a presença de alunos surdos, tomar conhecimento das práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras questionadas, e como elas atuam na tentativa de ensinar a Literatura para alunos surdos. Adquirimos novos conhecimentos sobre as ferramentas disponíveis na rede pública de ensino e utilizadas com os alunos surdos do primeiro e do segundo ano das séries iniciais no dia a dia.

O presente trabalho teve como objetivo geral investigar as práticas pedagógicas realizadas pelos docentes no ensino da literatura para alunos surdos em escola pública. A partir de todo o estudo é possível observar que objetivo geral do trabalho foi alcançado com ênfase, pois, as práticas pedagógicas realizadas pelo docente no ensino da literatura para alunos surdos em espaço escolar foram abordadas no referencial teórico e na prática das docentes que colaboraram ao responder o questionário deste estudo.

Com base na análise de dados é confirmada a hipótese que fala sobre a importância das práticas pedagógicas existentes serem adaptadas para alunos surdos, e disponibilizadas para que o docente tenha recursos e bases para atender seus alunos. Ainda é ressaltado e confirmado que o professor além de transmitir o conteúdo adaptado, realmente passa a ser uma ferramenta indispensável para que o conteúdo seja transmitido com êxito.

A partir desse estudo pode-se concluir que a cada dia a demanda pela língua brasileira de sinais cresce e que o domínio desta é extremamente necessário, tanto no âmbito escolar, quanto na família dos alunos surdos, sendo assim é necessário que os profissionais da área da educação compreendam a importância deste



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842

http://editora-arara-azul.com.br/site/revista edicoes

domínio, e valorizem a utilização da Libras no ensino da literatura infantil para crianças surdas.

Diante de toda a trajetória dessa pesquisa, o grupo deseja dar continuidade a pesquisa de duas maneiras. A primeira é transformando esse estudo em um artigo bibliográfico, por considerar o mesmo relevante tanto para a formação continuada de docentes que lidam com essas situações nas práticas escolares, quanto instigar novos estudos na área, pois percebe-se a deficiência de materiais sobre esse assunto. A segunda é utilizar a pesquisa como um futuro projeto de mestrado, onde poderá ser pesquisado com mais ênfase a prática pedagógica, o que pode levar a pesquisa para novos caminhos. Ou até mesmo aprofundar no objetivo, que trata de investigar as possíveis intervenções em sala de aula visando adaptar a literatura para o contexto da surdez, pois este ainda não foi alcançado em sua totalidade durante esse estudo.

E por existir muito a ser feito, é que almejamos que o estudo acima seja de grande ajuda para profissionais da educação e demais interessados. Mas que o tema seja contemplado com a continuidade, uma vez que ainda há muito a ser feito na busca pela qualidade na educação de alunos surdos, e no trabalho cotidiano dos docentes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil: Gostosuras e Bobices. São Paulo. Scipione, 2010. AGRELLA, Regiane Pinheiro. Entre o saber e o conhecer a língua: questões sobre a identidade e subjetividade do aluno ouvinte estudante de libras. Revista saberes universitários, v.1, n.1, p.78-91, mar. 2012. Disponível em:

<file:///C:/Users/Francisco/Downloads/6954-9537-4-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

BASSO, Sabrina Pereira Soares; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Material Didático Para Alunos Surdos: A Literatura Infantil Em Libras. Revista Eletrônica de Educação, v. 6, n.2, p.491-512, nov. 2012. Disponível em:

.>. Acesso em: 21 maio 2017.">Acesso em: 21 maio 2017.

BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BRASIL, Lei n° 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em:

http://www.planalto.gov/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 15 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEESP, 2004.v. 2. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol2.pdf >. Acesso em: 01 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Conhecimento de Mundo. Brasília: MEC, 1998. v.3.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Segunda versão. Brasília, 2017.



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842

http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes

BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para a Inclusão da Criança de Seis anos de Idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2007.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. A literatura infantil: visão histórica e crítica. São Paulo: Global, 1989.

CORRADI, José Angelo. A Importância no Aprendizado do Aluno Surdo: sobre a mediação do instrutor/surdo. Diálogos & Saberes, Mandaguari, v. 8, n. 1, p.79-92, 2012.

COSTA, M. P. R. Orientações para ensinar o deficiente auditivo a se comunicar. Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba, v.1, n.2, p.53-62, 1994.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Salamanca- Espanha, 1994.

DIAS, V. L. L. Rompendo a barreira do silêncio: interações de uma aluna surda incluída em uma classe do ensino fundamental. 2006. 164p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2006.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DORZIAT, Ana. Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação? Cadernos de Educação Especial, Santa Maria/RS, v. 2, n. 24, p. 77-85, 2004.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de Educação Bilíngüe para Surdos: o contexto brasileiro. Educar em Revista, Curitiba, n. 2, p. 51- 69, 2014.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Uma abordagem fonológica dos sinais da LSCB. Espaço: Informativo Técnico-Científico do INES, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 20-43, 1990.

FESTA, Priscila Soares Vidal; GONÇALVES, Humberto Bueno. Metodologia do Professor no Ensino de Alunos Surdos. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET, v.1, n.6, p. 1-13, dez. 2013.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, Apostila, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas da EAESP/FGV, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 2002.

GOMIDE, Renato de Souza. Uma nova prancha de comunicação alternativa dinâmica baseada em um método híbrido de sugestão de pictogramas. 2017. 140 f. Tese (Doutor em Ciências) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlandia. 2017. Disponível em:

https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19258/1/NovaPranchaComunicacao.pdf. Acesso em: 28 maio 2018.

GUARINELLO, A.C.; MASSI, G.A.A.; BERBERIAN, A. P. Surdez e Linguagem Escrita: um estudo de caso. Revista Brasileira de Educação Especial, v.13, p.205-218, 2007.

KARNOPP, Lodenir Becker. Literatura, Letramento e Práticas Educacionais. Educação Temática Digital EDT, Campinas, v. 7, n.2, p. 98-107, jun, 2006. Disponível em: http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10162/ssoar-etd-2006-2-

karnoppliteratura_surda.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jun. 2017.



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842

http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes

KARNOPP, Lodenir Becker. Literatura Surda. Educação Temática Digital. Campinas, v. 7, n. 2, p. 98-109, jun. 2006. Disponível em:

http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifica/literaturaVisual/assets/369/Literatura_Surda_Texto-Base.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2017.

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa.15. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LACERDA, C.B.F.de. A prática fonoaudiológica frente as diferentes concepções de linguagem. Revista Espaço, Instituto de Educação de Surdo, v.10, p.30-40, 1998.

MAIA, Joseane. Literatura na formação de leitores e professores. São Paulo: Paulinas, 2007.

MASCARENHAS, S. A. Metodologia Científica. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 1 v.

MOURÃO, Cláudio Henrique Nunes. Literatura Surda: produções culturais de surdos em Língua de Sinais. 2011. 130F. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32311/000785443.pdf?sequence=1. Acesso em: 05 maio 2017.

NEVES, Claudete Marques. Literatura surda: uma literatura descolonizadora? 2015. 66 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Fundação universidade federal de Rondônia, Humaitá. 2015. Disponível em:

http://ri.unir.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1334/Claudete%20M.%20das%20 Neves_Literatura%20surda.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 06 jun. 2017. Acesso em: 05 jun. 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Aparecida. A prática docente da Língua Inglesa para estudantes e ouvintes usando o livro didático e o computador: um estudo de caso sob a ótica da teoria da atividade. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

OLIVEIRA, L.A. A Escrita do Surdo: relação texto e concepção. In: 24ª Reunião Anual da ANPED, 2001. Intelectuais, conhecimento e espaço público. Caxambu: Revista Brasileira de Educação, 2001. 8p. Disponível em:

http://www.anped.org.br/inicio.htm. Acesso em: 24 jun. 2017.

PEDROSO, Cristina Cinto Araujo; DIAS, Tárcia Regina da Silveira. Inclusão de alunos surdos no ensino médio: organização do ensino como objetivo de análise. Revista Nuance, SP, v. 19, n. 20, p. 134-154, maio/ago. 2011. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/ 985/986>. Acesso em: 09 set. 2017

PEIXOTO, R. C. Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. Cadernos CEDES, Campinas, v.26, n.69, p. 205-229, 2006.

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAMOS, Clelia Regina. História da Datilologia. Editora da Arara Azul, RJ, n. 3, p 1-2. 2014. Disponível em: http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo3.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.



Edição Nº 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842 http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes

RICHARDSON, Robert Jarryet al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACKS, O. Vendo Vozes: uma Jornada pelo Mundo dos Surdos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

SILVA. R. A educação do surdo: minha experiência de professora itinerante da Rede Municipal de Campinas. 2003. 145p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de educação, Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. WERNECK, Claudia. Você é gente? O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano. Rio de janeiro. WVA, 2003.



Edição N^{o} 26 / Setembro de 2019 - ISSN 1982-6842

http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes

IDENTIFICAÇÃO DAS AUTORAS



Ana Luiza Silva

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte, FACISABH.

E-mail: aninha.luizasilva@yahoo.com.br



Fernanda Fernandes Carvalho

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte, FACISABH.

E-mail: msncnanda@gmail.com



Luiz Eduardo Cordeiro Penna

Mestre em Linguística e Língua Portuguesa. Especialista em Linguagem. Graduado em Fonoaudiologia. Graduando em Letras. Coordenador/Professor do Curso de Extensão em Libras da FACISABH. Professor dos cursos de Graduação em Pedagogia, Letras, Administração e Ciências Contábeis também da FACISABH.

E-mail: cordeiro.penna@gmail.com



Renata Vales Bhering

Pós-graduada em Psicopedagogia clínica e institucional pelo Instituto Pedagógico Brasileiro, IPB. Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte, FACISABH. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa de Formação Docente - GEPFOR FACISA BH 2017 e 2018.

E-mail: bhering.re@gmai.com